

Ata N.º	10/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	121

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ATA N.º 10/2015 DE 5 DE JUNHO**

----- Aos **cinco** dias do mês de **junho** do ano de **dois mil e quinze**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a décima reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e pública, sob a presidência Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, Dr.ª Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Eng.º João Reis Paulo, Vereador em Regime de meio tempo, Srs. Carlos Dias Mota e Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”**-----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Associação Terra Lusa, de Orsay, França.** -----

----- O Sr. Presidente deu conhecimento ao Executivo do ofício registado em 26 maio de 2015, da Associação Terra Lusa, de Orsay, França, em que convidam o Presidente da Câmara para assistir aos festejos culturais que terão lugar entre os dias 26 e 29 de junho de 2015, em Orsay, tendo o Sr. Presidente informado que irá estar presente no evento. -----

----- **b) IV Festival da Truta – Fráguas – Vila Nova de Paiva.** -----

----- O Sr. Presidente convidou toda a Vereação a participar no IV Festival da Truta a realizar nos próximos dias 12, 13 e 14 de junho, na povoação de Fráguas, na respetiva Praia Fluvial, da iniciativa desta Câmara Municipal com a colaboração da Junta de Freguesia.-----

----- **c) Grua instalada na Rua Egas Moniz – Ponto de situação.** -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira pretendeu saber o ponto de situação da questão da grua instalada na Rua Egas Moniz na vila de Vila Nova de Paiva, em edifício em construção abandonado há vários anos, e que oferece perigo para pessoas e bens. -----

----- O Sr. Presidente informou que, como já tinha referido em anterior reunião, foi identificado o atual titular do terreno e prédio em construção, que é o Montepio Geral. Mais informou que os serviços de fiscalização municipal fizeram uma vistoria ao edifício e respetiva grua, para avaliar da segurança de pessoas e bens, como corroborou o fiscal municipal Sr. Ricardo Graça, chamado à reunião pelo Sr. Presidente, tendo ainda informado que foi feita uma notificação ao Montepio Geral no sentido de ser verificada e corrigida a situação por forma a salvaguardar a segurança de pessoas e bens. -----

----- Face ao informado, o Sr. Vereador Cristóvão manifestou que a posição do Sr. Presidente deveria ser mais assertiva e firme, pelo que julga dever ser notificado novamente o Montepio Geral, com prazo de resposta, para tomar as medidas consideradas necessárias para salvaguarda da segurança de pessoas e bens e, caso não houvesse resposta, a Câmara Municipal deveria encetar diligências no sentido de promover a desmontagem da grua acionando os mecanismos legais disponíveis para o efeito. -----

----- O Sr. Presidente informou que irá verificar novamente a situação e a notificação efetuada, para avaliar se há ou não necessidade de novas diligências, de acordo com o proposto pelo Sr. Vereador. -----

#### ----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 15 de maio de 2015**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção do Sr. Carlos Mota por não ter estado presente na reunião, aprovar o texto definitivo da ata.--

#### ----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Conhecimento da 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Alterações às Grandes Opções do Plano (GOP) e ao Orçamento para o ano financeiro de 2015**, aprovadas por Despachos do Sr. Presidente da Câmara datados de 13 e 20 de maio, respetivamente, no uso de competência delegada.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

----- **b) 3.<sup>a</sup> Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP) e ao orçamento do exercício de 2015** – Apreciação e votação.-----

Ata N.º	10/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	121

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a 3.ª Revisão as Grandes Opções do Plano (GOP) e ao Orçamento do exercício de 2015, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- O Sr. Vereador Cristovão justificou o seu voto referindo que votou a favor pelo facto de esta revisão incluir dois novos projectos de grande importância para o município, esperando que os mesmos se venham efetivamente a concretizar.-----

----- **c) Teresa Cristina Morgado Afonso**, com a categoria de assistente técnica – Rescisão do contrato ao abrigo do Programa de Rescisões por Mutuo Acordo na Administração Local – Alteração da data-efeito da rescisão. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a alteração da data-efeito da rescisão do contrato de trabalho fixada em um de junho de 2015 conforme deliberação em reunião ordinária de quinze de maio, para o dia dezasseis de junho de 2015.-----

----- **d) Regulamento do Programa de Apoio às Famílias para Incentivo à Natalidade e à Adoção do Município de Vila Nova de Paiva** – Proposta de aprovação do Projeto de Regulamento. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 1 de Junho de 2015, do seguinte teor integral: -----

*“Nota Justificativa*

*1. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, no n.º 3 do seu artigo 16.º, define que “a família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado.”*

*2. De facto a família é a unidade base da sociedade e o meio natural para o desenvolvimento e bem-estar de todos os seus membros, em especial das crianças e jovens, pelo que deve ser ajudada e protegida a fim de que possa assumir plenamente as suas responsabilidades na sociedade.*

*3. A Constituição da República Portuguesa (CRP) acompanha aquele princípio ao dispor no n.º 1 do seu artigo 67.º que “a família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à proteção da sociedade e do Estado e à efetivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros”.*

*4. É assim constitucionalmente reconhecido o indispensável papel da família na nossa sociedade, importando criar condições que propiciem o exercício das suas funções com maiores e melhores garantias, favorecendo a existência de mais famílias estáveis, saudáveis e equilibradas.*

5. Tal significa que as políticas públicas devem estar atentas aos sinais e às necessidades das famílias, da sociedade e do País, nomeadamente no que diz respeito à renovação de gerações, necessária para manter a população em nível estável.

6. Portugal enfrenta desde finais dos anos 80 do século passado uma enorme e crescente crise demográfica, com uma continuada degradação da taxa de fecundidade (tecnicamente designada índice sintético de fecundidade). Para que a substituição de gerações seja assegurada é preciso que cada mulher em idade fértil tenha em média 2,1 filhos. No espaço de pouco mais de 50 anos a taxa de fecundidade baixou mais de 62% em Portugal, passando de 3,2 em 1960, para 2,25 em 1980, 1,57 em 1990, 1,45 em 2001, e 1,21 em 2013 (Fonte: Pordata), o que coloca Portugal como um dos países mais envelhecidos da Europa e do Mundo.

7. Esta situação tem gerado no País enormes problemas, provocando desde logo uma forte distorção na pirâmide geracional, com consequências nocivas no desenvolvimento social e económico, que se tem repercutido nomeadamente no descontrolo do sistema de segurança social, no encerramento de escolas, ao desemprego de professores, fecho de maternidades e de escolas, despovoamento, ameaça de crise no imobiliário, desertificação do Interior, etc., com forte tendência de agravamento, uma vez que o défice de fecundidade se tem acentuado e gera um travão que se reproduz: há menos crianças e jovens, menos mulheres em idade reprodutiva, menos potenciais mães que, aliadas a uma taxa de fecundidade baixa, faz com que cada vez haja menos crianças a nascer.

8. O Município de Vila Nova de Paiva, como aliás a generalidade dos municípios do Interior do País, também sofre naturalmente com este problema. Se em 2001 a taxa de fecundidade era de 1,72, ainda superior à taxa de fecundidade média nacional no mesmo ano, na década seguinte verificou-se um decréscimo para quase metade em relação ao então registado: foi de 1,18 em 2010, 1,27 em 2011, 0,80 em 2012 e 0,89 em 2013 (Fonte: Pordata).

9. Os dados sobre os nascimentos (nados-vivos) são também elucidativos desta realidade: foram registados na área do Município 235 nascimentos em 1960, 131 em 1981, 67 em 2001, 77 em 2009, 34 em 2010, 36 em 2011, 23 em 2012, 25 em 2013 e 19 em 2014 (Fonte: Pordata).

10. Perante este cenário as políticas públicas terão que definir medidas eficazes para fornecer às famílias maior capacidade de resposta nesta sua ação vital para a sociedade, que é um problema transversal a toda ela.

11. De facto, a baixa taxa de fecundidade é transversal a todos os extratos sociais, não fazendo hoje sentido implementar medidas que apoiem uns setores em

Ata N.º	10/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	121

*detrimentos de outros, defendendo-se hoje que são mais necessárias políticas de equidade e de justiça de apoio às famílias.*

*12. As autarquias locais são o poder político mais próximo das famílias e, portanto, dos cidadãos, e podem acompanhar e aperceber-se melhor das suas necessidades e do interesse e relevância das políticas públicas no âmbito da ação social na área da família.*

*13. Convictas da sua importância estratégica nesta matéria, as autarquias locais têm vindo a assumir um papel importante e relevante na área social, implementando diversas medidas de apoio às famílias, nomeadamente de incentivo à natalidade, sem prejuízo das medidas de fundo que deverão ser criadas e implementadas pelos Governos.*

*14. Urge adotar medidas concretas que contribuam para salvaguardar o futuro geracional da população do Município de Vila Nova de Paiva, e que o tornem um território socialmente mais apelativo para residir.*

*15. Ciente destas circunstâncias, a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva aprovou em 2007 um incentivo pecuniário no valor de mil euros, com o objetivo de ajudar as famílias mais numerosas, e com carências económicas, pelo nascimento do terceiro filho e seguintes, atribuído numa única prestação e às famílias cujos rendimentos anuais fossem iguais ou inferiores a quinze mil euros, conforme deliberação tomada na reunião ordinária que teve lugar no dia 16 de maio de 2007, e aplicável aos nascidos a partir de 1 de junho do mesmo ano, devendo aquele incentivo ser requerido no prazo de seis meses após o nascimento da criança, nos termos posteriormente deliberados na reunião ordinária de 1 de abril de 2009.*

*16. Desde a sua aprovação que aquele incentivo pecuniário foi atribuído em dezoito ocasiões. Face ao que vem sendo exposto, é necessário neste momento rever e reequacionar aquele tipo de apoios, mediante definição de um plano ou programa municipal de apoio às famílias para incentivo à natalidade com a adequada regulamentação.*

*17. A legitimidade e legalidade do poder regulamentar das autarquias locais emana e está expressamente previsto nos artigos 112.º, n.º 7, e 241.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), estando tal poder atualmente disciplinado no regime jurídico das autarquias locais (doravante RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de novembro, e 50-A/2013, de 11 de novembro).*

*18. Importa contudo ter em atenção que uma condição essencial para que se verifique a possibilidade das autarquias locais intervirem em matéria da ação social*

*tem a ver com o seu enquadramento legal, não só no âmbito das atribuições das autarquias locais mas também no âmbito das competências dos respetivos órgãos autárquicos. Deverá assim ser respeitado o consignado no referido regime jurídico das autarquias locais, visto que os órgãos autárquicos só podem deliberar no âmbito da sua competência e para a realização das atribuições cometidas às autarquias locais.*

*19. De acordo com o art.º 2.º do referido RJAL, constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 2 do artigo 23.º, ambos da mesma lei.*

*20. A ação social constitui um dos domínios de atribuições expressamente previsto para os municípios – alínea h), do n.º 2 do artigo 23.º do RJAL – o qual contextualizará certamente a atribuição de apoios às famílias nomeadamente para incentivo à natalidade.*

*21. Do ponto de vista orgânico, a câmara municipal detém competência nomeadamente para elaborar e submeter à assembleia municipal os planos necessários à realização das atribuições do município. Esta competência encontra-se prevista no artigo 33.º, n.º 1, alínea a), do RJAL.*

*22. Por sua vez, regula o artigo 25.º, n.º 1, alínea h), do mesmo regime, que é da competência da assembleia municipal a aprovação dos referidos planos e demais instrumentos estratégicos nos quais se traduzam as atribuições da autarquia.*

*23. Um plano – ou programa – de atribuição de apoios às famílias para incentivo à natalidade deve obedecer a critérios objetivos de igualdade, justiça, equidade e imparcialidade, tendo em conta as regras da atividade administrativa, critérios esses que faz sentido estarem definidos em regulamento.*

*24. No entanto tais apoios só serão legalmente admissíveis se o Município dispuser dos meios financeiros correspondentes, pelo que tais meios deverão constar do plano e orçamento municipal, devidamente aprovados pela assembleia municipal (art.º 33.º, n.º 1, alínea c), do RJAL).*

*25. Parece assim ter sentido e enquadramento legal um programa municipal de atribuição de apoios às famílias para incentivo à natalidade, devidamente regulamentado, podendo a Câmara Municipal dirigir proposta à Assembleia Municipal nesse sentido, cabendo a esta última deliberar sobre a sua aprovação, pois para além das competências deste órgão a que anteriormente se aludiu, mais tem competência para se pronunciar e deliberar sobre todos os assuntos que visem a*

Ata N.º	10/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	121

*prossecução das atribuições do município, conforme artigo 25.º, n.º 2, alínea k), do RJAL.*

*26. Como se trata de um regulamento autónomo com eficácia externa, a respetiva aprovação compete à assembleia municipal, conforme alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º do RJAL, sendo competência da câmara municipal a sua elaboração e submissão à assembleia municipal, como estabelece a alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º, do mesmo regime.*

*27. Considerando o interesse público municipal em criar respostas sociais que conduzam, por um lado, ao aumento relativo da natalidade no Município e, por outro lado, à fixação e melhoria das condições de vida de famílias jovens no Município, importa estabelecer incentivos pecuniários à natalidade, entendendo-se alargar o objeto da medida de modo a abranger a adoção de crianças até aos seis anos de idade, residentes no Município.*

*28. Também como forma de fomentar a economia local, entendeu-se que metade do valor dos incentivos seja obrigatoriamente despendido na área do Município.*

*Nesta conformidade e face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º, do RJAL, delibere:*

*1.º) Aprovar a presente Proposta e o Projeto de Regulamento do Programa Municipal de Atribuição de Apoios às Famílias para Incentivo à Natalidade e à Adoção, anexo.*

*2.º) Autorizar a submissão do referido projeto do regulamento a consulta pública, para recolha de sugestões, pelo período de 30 dias, com publicitação na 2.ª Série do Diário da República, e no portal do Município, nos termos previstos no art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, dada a natureza da matéria objeto da regulamentação e em obediência ao princípio da participação consagrado no art.º 12.º do CPA.”*

----- O projeto de regulamento dá-se aqui por reproduzido e fica a fazer parte integrante da presente minuta, cuja cópia vai ficar arquivada na pasta de documentos anexa ao livro de atas das reuniões da Câmara Municipal.-----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira, antes da análise do assunto, entendeu sublinhar e realçar a qualidade do trabalho desenvolvido neste processo pelo Chefe da Divisão (DAF), Dr. José Manuel Amado Magalhães, e a importância de que se reveste a sua presença nas reuniões camarárias, nomeadamente pelas opiniões e informações que transmite ao ser suscitado para o efeito. Fez bem o Sr. Presidente ao ter retirado da

ordem do dia da reunião anterior o presente assunto agora em debate, porque considera que com isso foi significativamente elevada a qualidade da proposta agora apresentada. -----

----- Em relação ao projeto de regulamento teceu algumas observações, no que foi corroborado pelo Sr. Vereador Carlos Mota, dando desde já conta de que entende que a idade limite de adoção de seis anos constante do projeto deve ser alargada, bem como que deveriam ser majorados os montantes de apoio às famílias em caso de deficiência, bem com julgam que a parte do reembolso das despesas deveria ser mais do que cinquenta por cento. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente nos termos propostos.-----

----- **e) Empréstimo de curto prazo para o ano de 2015** – Proc.º 9015/008170/092 – Proposta de aprovação do clausulado do contrato de empréstimo, conforme ofício 509/15-DBI, de 19 de maio, da Caixa Geral de Depósitos. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo deliberou por unanimidade aprovar o clausulado do contrato de empréstimo autorizado pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 30 de abril. -----

----- **f) Salsicharia e Fumeiros Tradicionais do Alto Paiva, Lda, de Vila Nova de Paiva**, representada pelo sócio-gerente Sr. José Carreira Cardoso – Por requerimento registado em 29.05.2015 vem requerer a possibilidade do Município poder disponibilizar um terreno com a área de cerca de 5.700 m2 para instalação de nova unidade de transformação de produtos à base de carne (tipo 2), na Zona Industrial de Vale do Forno de Vila Nova de Paiva. -----

----- O Sr. Presidente informou o Executivo de que o Município adquiriu em 21 de maio de 2015, por Escritura Pública n.º 02/2015 do Notariado Privativo, um prédio rústico com área de 5.770 m2, destinado a integrar a zona industrial de Vila Nova de Paiva, inscrito com o artigo 9.728 na matriz predial rústica da Freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas, sito ao Lugar de Vale do Forno na vila de Vila Nova de Paiva, e registado sob o n.º 2.762/20150424 na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Paiva, que está inserido em espaço industrial assim definido no Plano Diretor Municipal (PDM). -----

----- Dado o relevante impacto económico e social para o Município do investimento a realizar pela firma requerente, nomeadamente pelos mais de trinta postos de trabalho a criar, o Sr. Presidente propôs a venda do referido terreno à firma requerente pelo preço de cinquenta cêntimos por metro quadrado, por aplicação analógica do disposto no n.º 23 do Capítulo IV do Regulamento de Venda e Aquisição de Terrenos no



Ata N.º	10/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	121

Loteamento Industrial de Vila Nova de Paiva publicado pelo Edital n.º 378/99 (2.ª Série), devendo o respetivo contrato de compra e venda ser celebrado no notariado privativo municipal. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a venda do terreno nos termos propostos pelo Sr. Presidente.-----

----- **g) Associação de Solidariedade Social do Alto Paiva (ASSAP), de Vila Nova de Paiva** – Por ofício n.º 40/ASSAP/2015, informam da data de realização do I Passeio de Cicloturismo no próximo dia 26 de julho de 2015 e solicitam apoio dos técnicos de desporto da Câmara Municipal, material promocional do Município e apoio financeiro para ajudar a custear as despesas com o evento. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar o apoio técnico e logístico solicitado e autorizar a concessão de um subsídio no montante de duzentos e cinquenta euros a processar no mês de julho. -----

----- **h) Associação os Queiriguenses, de Queiriga** – Por ofício n.º 05/2015, registado em 22 de maio de 2015, informam da realização do III BTT da Queiriga, no próximo dia 2 de Agosto, e solicitam apoio material e financeiro para ajudar a custear as despesas com o evento. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar o apoio material solicitado e autorizar a concessão de um subsídio no montante de quinhentos euros, a processar no mês de julho. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram doze horas e vinte minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----

---

---

---

---

---

---

---